



PROJETO DE PESQUISA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Código:	PIE10009-2021
Título do Projeto:	Desafios jurídicos na proteção de direitos socioambientais: estudos sobre os impactos da mineração em tempos de pandemia
Tipo do Projeto:	INTERNO (Projeto Novo)
Categoria do Projeto:	Pesquisa científica
Situação do Projeto:	EM EXECUÇÃO
Unidade:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (11.01.00.09.02)
Centro:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (11.01.00.09.02)
Palavra-Chave:	Mineração; direitos socioambientais; pandemia
E-mail:	talita.montezuma@ufersa.edu.br
Editais:	
Cota:	
ÁREA DE CONHECIMENTO, GRUPO E LINHA DE PESQUISA	
Área de Conhecimento:	Direitos Especiais
Grupo de Pesquisa:	
Linha de Pesquisa:	
CORPO DO PROJETO	
Resumo	
<p>O projeto objetiva analisar os desafios jurídicos diante dos impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária e suas reconfigurações durante o período pandêmico causado pela Covid-19. Justifica-se diante do crescimento do setor minerário e da expansão territorial de seus impactos, agravando conflitos socioambientais. Neste contexto, experiências de contestação social à atividade minerária acionam o campo jurídico a ofertar respostas, seja na esfera judicial, seja na esfera legislativa, ou mesmo na compreensão teórica das narrativas jurídico-estatais que consagram a mineração como atividade de interesse público e nacional. Importa, neste sentido, desenvolver reflexões que permitam aprofundar as dimensões deste problema. Para isto, torna-se necessário revisar dados do setor minerário para compreender seu comportamento durante o período pandêmico; traduzir e facilitar o estudo sobre o direito minerário nas situações de conflitos ambientais; identificar os desafios jurídicos nos seguintes eixos: proteção do direito à saúde e impactos da mineração; proteção das relações de trabalho; direitos socioambientais e territoriais face à mineração; interesse público, arrecadação tributária e medidas de transição à dependência extrativista; impactos sobre as águas e justiça hídrica aplicada ao setor minerário. Além disto, este projeto volta-se igualmente para o estudo dos direitos emergentes e de instrumentos legislativos nos contextos de restrição social à expansão mineral, sistematizando experiências comunitárias de instituição de territórios livres de mineração.</p>	
Introdução/Justificativa	
(incluindo os benefícios esperados no processo ensino-aprendizagem e o retorno para os cursos e para os professores da UFERSA em geral)	
<p>A expansão do regime extrativista na América Latina acirra conflitos ambientais e promove um processo de despojo múltiplo (GUTIERREZ & LOHMAN, 2019, p.30; NAVARRO, 2019), o qual consiste na expropriação simultânea do trabalho, da natureza, do território e do conjunto de atividades reprodutivas que sustentam a vida onde os projetos de mineração se instalam. Há, portanto, uma ofensiva sistêmica contra os sujeitos comunitários pelo controle e gestão de seus territórios, radicalizada pelo neoliberalismo que se expressa sob múltiplas formas de violência racializada, despojando-os não apenas de "recursos", mas de seus modos de vida, afetos, subjetividades e projetos de futuro. Em paralelo, os impactos do setor se agravaram durante a pandemia. Sabe-se que o setor minerário tem mantido altos índices de lucratividade durante a pandemia, alavancados pela elevação da demanda sobre o minério de ferro, de forma que o setor econômico chega a projetar um novo período de boom das commodities (IBRAM, 2021; IPEA, 2021). Além disto, o investimento em novos projetos, a expansão de minas em exploração e a disputa pelo controle territorial das regiões com minérios estratégicos vem provocando desafios para a proteção de direitos socioambientais. Por outro ângulo, a atividade minerária responde pelos maiores índices de conflitos ambientais na América Latina e no Brasil. Dados sobre o assassinato de ativistas ambientais no mundo em 2019 revelam que, dos 212 ativistas mortos, 50 deles estavam engajados em conflitos envolvendo mineração, número utilizado por referência devido à provável subnotificação (WITNESS, 2019). O mapa dos conflitos ambientais produzido pela Universidade Autônoma de Barcelona identificou que o Brasil ocupa a posição de 3º país do mundo com maior número de conflitos ambientais (EJOLT, 2014), os quais envolvem majoritariamente a questão agrária, da água, da mineração, dos direitos das populações indígenas, quilombolas e diversas comunidades tradicionais. Os empreendimentos de mineração respondem por parcela significativa destes conflitos. Estima-se que 40% das terras indígenas do país estão há menos de 10km dos 30.554 empreendimentos extrativistas em funcionamento legalizado no Brasil e que 38% dos conflitos socioambientais latentes oriundos desta proximidade estão localizados no Nordeste, onde o tema da mineração é, muitas vezes, sublimado no debate público. Ademais, impactos da mineração sobre as economias locais, modos de vida tradicionais, segurança alimentar, qualidade e disponibilidade hídrica, especialmente os agravos sobre a saúde, os corpos femininos e racializados vêm sendo amplamente catalogados em estudos interdisciplinares. Tais consequências vêm mobilizando múltiplos sujeitos sociais para acionarem o campo jurídico. Merece destaque a recente aceitação de denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos face o Estado brasileiro por violação de direitos dos trabalhadores nas mineradoras pelo descumprimento das medidas de proteção sanitária. No âmbito comunitário, é possível identificar experiências de criação local de instrumentos legislativos protetivos de direitos territoriais e ambientais, alargando o manuseio simbólico-instrumental do direito como ferramenta de crítica à expansividade do regime extrativista. Dentre tais experiências empíricas, muitas conflitam com atividades de extração de ferro, uma promessa do setor econômico para o próximo período. Este cenário desafia o pensamento jurídico a compreender em densidade os aspectos dos conflitos ambientais envolvendo a atividade minerária, projetando contribuições para a tutela efetiva de direitos socioambientais. Há, portanto, relevância social, jurídica e acadêmica na proposta apresentada.</p>	
Objetivos	
<p>Objetivo geral: analisar os desafios jurídicos diante dos impactos socioambientais decorrentes da atividade minerária e suas reconfigurações durante o período pandêmico causado pela Covid-19.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisar dados do setor minerário para compreender seu comportamento durante o período pandêmico. - Traduzir e facilitar o estudo sobre o direito minerário nas situações de conflitos ambientais. - Identificar iniciativas de flexibilização legislativa e/ou políticas estatais que agravem a fragilidade dos instrumentos jurídicos protetivos de direitos em contexto de conflitos socioambientais. - Mapear e discutir desafios jurídicos nos seguintes eixos: proteção do direito à saúde e impactos da mineração; proteção das relações de trabalho; direitos socioambientais e territoriais face à mineração; interesse público, arrecadação tributária e medidas de transição à dependência extrativista; impactos sobre as águas e justiça hídrica aplicada ao setor minerário. - Sistematizar a criação de novos instrumentos legislativos locais de restrição à expansão mineral, em diálogo com as experiências comunitárias de instituição de territórios livres de mineração. 	
Metodologia	
<p>O projeto será desenvolvido com procedimentos metodológicos que mesclam a revisão de literatura especializada no tema, mobilizando categorias do direito minerário, do socioambientalismo e de direitos territoriais. Ademais, serão feitas pesquisas documentais, acessando dados primários e secundários de órgãos públicos, do setor econômico e do campo social e acadêmico de crítica ao regime extrativista. Também serão desenvolvidas atividades de natureza empírica, identificando e sistematizando experiências de conflitos ambientais naquilo que interpelam a efetividade da proteção de direitos socioambientais.</p>	
Referências	

- ACOSTA, A. EXTRACTIVISMO Y NEOEXTRACTIVISMO: DOS CARAS DE LA MISMA MALDICIÓN. 2011, disponível em <<http://www.polodemocratico.co/pdf/Alberto%20Acosta.pdf>>, acesso realizado em 20.05.2019.
- ACSERALD, Henri (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ANDRADE, L. M. M. DE. GRUPIONI, D. F.; Entre águas bravas e mansas: índios & quilombolas em Oriximiná. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 2015.
- ARAÓZ, M. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-ex-sistencias decoloniales en nuestra América. Bajo el Volcán, v. 15, n. 23, p. 11-51, 2015.
- ARAUJO, Eliane R.; OLIVIERI, Renata D.; FERNANDES, Francisco R.C.; Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. FERNANDES, Francisco et.al. (Orgs). Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.
- ATAÍDE, Pedro. Direito mineral. Salvador: Ed. Juspodivm, 2020.
- BARRÓS, Juliana Neves. Legislação ambiental aplicada à mineração / Juliana Neves Barros. Cruz das Almas, BA: UFRB 2017.
- BOELES, Rutgerd; HOOGESTEGER, Jaime & FRANCISCO, Jean C. R. Commoditizing Water Territories: The Clash between Andean Water Rights Cultures and Payment for Environmental Services Policies, Capitalism Nature Socialism, 2014.
- CARNEIRO, Jurandir Eder. Política Ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.
- CARRARA, Ozanan V. Ética, meio ambiente e mineração. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.13, n.3, p.121-142 Set.-Dez. 2016
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório Anual de Conflitos no campo. 2017, CPT.
- ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAUULA, 2014.
- FASE - Federação de órgãos para a assistência social e educacional. ETERN- Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Relatório - Síntese. Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos e avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Novo marco legal da mineração do Brasil. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2012.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas. A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova>, acesso realizado em 10.07.2020.
- GONÇALVES, R. J. DE A. F.; MENDONÇA, M. R. Expansão dos grandes empreendimentos de mineração e territórios em disputa no cerrado goiano (Goias/Brasil). Sociedade e Território, v. 27, n. 2, p. 206-228, 2015.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. Extractivismo, política y sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.
- _____. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs). Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade (pp. 303-318). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- GUIMARÃES JR, J. A. Reforma hídrica do Nordeste como alternativa à transposição do Rio São Francisco. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 227, p. 80-88, 2007.
- GUTIERREZ, Raquel. Sobre la autorregulación social: imágenes, posibilidades y límites. In: Pensar las autonomías. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bejo Tierra, 2011.
- _____.; TRUJILLO, M. L. N. Procurir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependencia. Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 21, n. 2, p. 298, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.
- ISA. Mineração em terras indígenas na Amazônia. 2013. Disponível em <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013_v6.pdf>, acesso em 07.01.2017.
- _____. Novos dados reforçam que territórios indígenas e áreas protegidas são barreiras contra o desmatamento. 2017. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novos-dados-reforcam-que-territorios-indigenas-e-areas-protetidas-sao-barreiras-contra-o-desmatamento>>, acesso realizado em 18.07.2019.
- LANG, Miriam Lang y MOKRANI, Dunia (Org.). Mas allá del desarrollo. Fundación Rosa Luxemburg, 2011. Disponível em <http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_ala_del_desarrollo.pdf>, acesso realizado em 20.11.2018.
- LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. Revista de Antropologia, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. DOI_10.11606_2179-0892.ra.2014.87702. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 17 jan. 2021
- LEFF, Enrique. Discursos Sustentáveis. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Medio ambiente y diálogo de saberes. Cultura y representaciones sociales, v. Año 5, num, p. 42-121, 2010a.
- LITTEL, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade: Série Antropologia. Brasília: 2002.
- MACHADO, Horacio Araoz. Agua y Minería Transnacional . Desigualdades hídricas e implicaciones biopolíticas. Hábitat urbano: Dimensiones y perspectivas, p. 61-90, 2010.
- _____. Ecología política de los regímenes extractivistas. De reconfiguraciones imperiales y re-existencias decoloniales en nuestra América. Bajo el Volcán, vol. 15, núm. 23, septiembre-febrero, 2015.
- _____. Clase Ecología política del extractivismo. SEMINARIO VIRTUAL DE CLACSO, 1921, ECOLOGÍA POLÍTICA LATINOAMERICANA, 2019. Disponível em <<https://www.clacso.org/pt/ecologia-politica-latinoamericana/>>, acesso realizado em 05.07.2020.
- MALERBA, Juliana (org.). Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2014.
- MARTINEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Contexto, 2014.
- MILANEZ, Bruno. Novo marco legal da mineração no Brasil: por quê? Para quem?. 2012. Disponível em <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2012-O-novo-marco-legal-da-mineracao%3A7%3A3o.pdf>>, acesso realizado em 10.07.2019.
- _____.; SANTOS, R. S. P. . Neodesenvolvimentismo e neoeextrativismo: duas faces da mesma moeda?. In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013.
- _____. MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE: IMPACTOS COMPLEXOS E SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO, 2017. Disponível em <http://respositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7936>, acesso realizado em 15.07.2019.
- _____. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba. Sumário Executivo. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedades (PoEMAS).
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. PLANO NACIONAL DE MINERAÇÃO 2030. 2011. Disponível em <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732821/Book_PNM_2030_2.pdf>, acesso realizado em 18.07.2019.
- MOORE, Jason W.. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. [s.l.: s.n.]. v. 37. 2015.
- _____. ¿Trabajo Barato?: Tiempo, Capital y la Reproducción de la Naturaleza Humana. Relaciones Internacionales, nº 36, 2018.
- MOTONAGA, Alexandre Akio. O interesse nacional sob a ótica da Constituição Federal de 1988. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NAVARRO, Mina L. Luchas por lo común contra el renovado cercamiento de bienes naturales en México. Bajo el Volcán, año 13, número 21, 2014.
- _____. & GUTIÉRREZ, Raquel. Claves para pensar la interdependencia desde la Ecología y los Feminismos. Bajo el Volcán, nº 28, 2018.
- _____. Despojo múltiple sobre el tejido de la vida: Impactos y resistencias socioambientales. Revista Textual, 73. 2019.
- ORDUZ-ROJAS, Claudia Marcela; BARROS-PEREIRA, Doralice; BRUNODIAS, Janise. Participação, resolução negociada de conflitos e (neo) extrativismo no Brasil_ o Parque Nacional da Serra do Gandarela (MG_Brasil). Revista de Estudios Andaluces, 36, 121-146, 2018.
- OST, François. A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- OVIÑA, Hernán. La política prefigurativa de los movimientos populares en América Latina - Hacia una nueva matriz de intelección para las Ciencias Sociales. Acta Sociológica, nº 62, 2013, pp.77-104.
- PACHECO, Tania & FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- PENIDO, Maria O. BIO(NECRO)POLÍTICA DA MINERAÇÃO: QUANDO O DESASTRE ATINGE O CORPO-TERRITÓRIO. R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2018.
- PINTO, Cláudio L.L.; SALUM, Maria J.G.; Mineração: aspectos ambientais e socioeconômicos. In: THOME, Romeu (Org.). Mineração e Meio Ambiente: análise jurídica interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes y de Territorios - diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana [De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latinoamericana]. Em: Polis, 22|2009, 08.04.2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/2636>>. Acesso em 16.07.2019.
- SACHS, Ignacy. O Desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. Rev. De Estudos Avançados, vol.,12, n.33, 1998.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, 2012, out./dez, p. 672-688.
- SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodología de pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. The construction of the disaster and the 'privatization' of mining regulation: reflections on the tragedy of the Rio Doce Basin, Brazil. VIBRANT , v.14, n. 2, p.127 - 149, 2017.
- SILVA, E. C. DA. A geopolítica do saque mineral: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE. [s.l.] Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2020.

SOUZA, Carolina H.C. O "ESPAÇO DA RESISTÊNCIA" na Serra do Gandarela: Instrumentos, Contraposições e a necessária Utopia. Tese de Doutorado. Escola de Arquitetura da UFGM, 2015.

SVMMA, Maristela. Entre alguns dos temas e marcos comuns que atravessam tal linguagem ecoterritorial, citamos quatro: bens comuns, justiça ambiental, Bem Viver e Direitos da Natureza. In: Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo: 2016.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; ZHOURI, Andréa; MOTTA, Luana Dias. OS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E A ECONOMIA DE VISIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 36, n. 105, 2021.

ULLOA ASTRID. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. Nómadas, n. 45, p. 123-139, 2016.

WWF. MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL E ÁREAS PROTEGIDAS - Situação dos direitos minerários e sobreposições. Relatório 2018. Disponível em <http://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/mineracao_na_amazonia_legal_web.pdf>, acesso realizado em 15.07.2019.

ZAGALLO, Guilherme et al. Na Justiça: instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Justiça Global, 2015.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizontes: Autêntica, 2005.

_____.; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA/UFGM, 2010.

MEMBROS DO PROJETO

CPF	Nome	Categoria	CH Dedicada	Tipo de Participação
019.479.733-39	THIAGO ARRUDA QUEIROZ LIMA	DOCENTE	4	Vice-Coordenador
033.936.353-36	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA	DOCENTE	8	Coordenador

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	2021							2022												
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
REVISÃO DE LITERATURA																				
REVISÃO DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS																				
ESTUDOS FACILITADOS SOBRE DIREITO MINERÁRIO E TEMAS CORRELATOS																				
MAPEAR E DISCUTIR DESAFIOS JURÍDICOS NOS EIXOS DE INVESTIGAÇÃO																				
SISTEMATIZAR INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS LOCAIS DE RESTRIÇÃO À EXPANSÃO MINERAL, EM DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE INSTITUIÇÃO DE TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO																				
PRODUÇÃO DE ARTIGOS E TRABALHOS CIENTÍFICOS																				
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA																				

HISTÓRICO DO PROJETO

Data	Situação	Usuário
22/05/2021 18:11	CADASTRADO	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA (<i>talita.furtado</i>)
22/05/2021 18:11	AGUARDANDO AUTORIZAÇÃO DA UNIDADE	TALITA DE FATIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA (<i>talita.furtado</i>)
24/05/2021 09:46	SUBMETIDO	LIZZIANE SOUZA QUEIROZ FRANCO DE OLIVEIRA (<i>lizziane</i>)
27/05/2021 22:32	EM EXECUÇÃO	IARA KATEUCHA FERNANDES DE SOUZA (<i>iara</i>)